

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem como objeto a formação de **REGISTRO DE PREÇOS** para a eventual e futura **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos, visando à confecção e fornecimento de apostilas e avaliações, sob demanda, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru**, conforme especificações e quantitativos definidos no presente Termo de Referência, em consonância com a Lei 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024.

**1.2.** A Descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, parte integrante deste Termo de Referência

### 2. DAS JUSTIFICATIVAS

#### 2.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.1.** A Secretaria de Educação e Esportes, por meio da Gerência de Currículo, Avaliação e Resultados Educacionais, identifica a necessidade de contratação de serviços gráficos especializados para a confecção e fornecimento de apostilas e avaliações sob demanda. Essa contratação visa atender de forma eficiente às demandas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Caruaru, com foco na garantia e consolidação das aprendizagens, na melhoria do fluxo escolar e no aumento das proficiências nas diversas unidades curriculares.

**2.1.2.** A presente demanda encontra respaldo na Política Nacional de Alfabetização e, mais especificamente, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), programa federal que orienta, entre outras ações, a adoção de instrumentos avaliativos como ferramenta de acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes. Assim, a produção de avaliações diagnósticas e formativas, aliada à disponibilização de materiais didáticos adequados, constitui uma estratégia pedagógica validada e incentivada em âmbito nacional.

**2.1.3.** Os serviços gráficos a serem contratados permitirão a impressão de avaliações e apostilas personalizadas, construídas com base nos conteúdos programáticos das diferentes etapas da educação básica municipal. Os materiais atenderão desde a Educação Infantil até os Anos Finais do Ensino Fundamental, sempre respeitando as especificidades pedagógicas e as necessidades dos estudantes.

**2.1.4.** A padronização e atualização dos materiais didáticos, alinhadas às diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino, representam um importante recurso de apoio à prática pedagógica. A disponibilização desses materiais contribuirá diretamente para o planejamento das aulas, aprimoramento das práticas docentes e desenvolvimento de estratégias de ensino mais eficazes e alinhadas ao contexto local.

**2.1.5.** Importa ressaltar que a contratação também contemplará a confecção de materiais voltados à recuperação de aprendizagens comprometidas pela pandemia, produção de conteúdo complementar para avaliações externas e atividades práticas relacionadas a laboratórios e componentes curriculares específicos, enriquecendo as práticas educacionais e promovendo uma aprendizagem mais significativa e integrada

**2.1.6.** Ainda no âmbito da política educacional municipal ademandada por serviços gráficos também se estende ao Cursinho Popular Edilson de Góes, reconhecido como referência em prática educativa inclusiva no município. A oferta de materiais didáticos adequados aos conteúdos trabalhados é essencial para assegurar a qualidade do ensino oferecido. Atualmente, o cursinho conta atualmente com 500 alunos matriculados, e utiliza apostilas elaboradas pelos próprios docentes como recurso pedagógico fundamental, alinhado às exigências de provas como o ENEM e vestibulares.

**2.1.7.** Diante do exposto, conclui-se que a contratação de serviços gráficos é tecnicamente justificada, por se tratar de medida essencial para assegurar o acesso equitativo a materiais didáticos de qualidade, fortalecer a prática pedagógica dos profissionais da educação e contribuir para a elevação dos indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino de Caruaru.

**2.1.8.** A descrição e toda justificativa pormenorizada para referida contratação encontra-se disposta no **Item 02** do Estudo Técnico Preliminar que subsidia sua formalização, tendo como fulcro o evidenciamento da necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, considerando ainda, a viabilidade técnica e econômica da contratação.

## **2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

**2.2.1.** Os quantitativos estimados foram definidos com base no número de alunos matriculados por turma, na periodicidade prevista para aplicação das avaliações e utilização dos cadernos pedagógicos, bem como na manutenção de reserva técnica de 10% para cobertura de eventuais oscilações de demanda durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**2.2.2.** Registra-se que, em comparação ao processo licitatório realizado no exercício de 2025, houve ampliação significativa dos quantitativos previstos para o presente processo, em razão da expansão das ações pedagógicas e avaliativas planejadas para o segundo semestre de 2026 e primeiro semestre de 2027.

**2.2.3.** O aumento dos quantitativos decorre, principalmente, da implementação e ampliação de programas estruturantes vinculados às políticas de recomposição das aprendizagens e monitoramento educacional, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP)**.

## **2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

**2.3.1.** A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar **(item 4 do ETP)**.

**2.3.2.** Diante da necessidade perene, a opção pelo Registro de Preços emerge como uma abordagem estratégica e eficiente, estando em consonância com as orientações dispostas na Lei 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

**II - Processamento por meio de sistema de registro de preços**, quando pertinente;

**2.3.3.** Pela leitura da nova legislação, nota-se que, sempre que possível, as compras realizadas pela Administração Pública serão realizadas pelo procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preço. Outrossim, a Lei 14.133/2021 passou a valorizar a matéria, dando destaque específico a sua conceituação no inciso XLV, do art. 6º, conforme abaixo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

**2.3.4.** Salienta-se ainda que a Lei 14.133/2021 foi categórica ao classificar o Sistema de Registro de Preços como espécie de procedimento auxiliar. Essa consolidação legal ocorre de forma específica no Capítulo X, mais precisamente nos artigos 78 e seguintes, ressaltando a importância estratégica que o SRP detém no contexto dos procedimentos licitatórios.

**2.3.5.** Conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, o SRP será utilizado quando:

Art. 4º O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:

**I - Considerando-se as características do objeto, houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;**

**II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

**III - Houver a intenção de atender a mais de um órgão ou entidade da Administração Municipal, ou a programas de governo diversos, inclusive por meio das compras centralizadas;**

**IV - Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração Municipal.**

**2.3.6.** Considerando a necessidade de **serviços gráficos, visando à confecção e fornecimento de apostilas e avaliações, sob demanda, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Esportes**, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços. Este modelo permite a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando aquisições em excesso, otimizando o uso de recursos públicos e assegurando maior agilidade na contratação sempre que houver demanda. Essa abordagem também está alinhada aos princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.



**2.3.7.** Justifica-se, portanto, a **dispensa** da Intenção de Registro de Preço (IRP) pelo órgão gerenciador, uma vez que a aquisição atenderá às demandas já consolidadas e previamente identificadas dos órgãos e entidades da administração municipal.

**2.3.8.** O Sistema de Registro de Preços, ao reunir as demandas de diversos órgãos/entidades em uma única licitação, proporciona ainda a padronização dos bens e serviços contratados, diminuindo custos administrativos e permitindo a obtenção de descontos significativos com o aumento da quantidade adquirida/contratada.

**2.3.9.** Por fim, com base no que dispõe o art. 4, § 2º do Decreto Municipal nº 014/2014, se justifica a DISPENSA de Intenção de Registro de Preço (IRP) pelo órgão gerenciador visto se tratar de aquisição de exclusivo interesse do órgão demandante, em âmbito municipal, bem como, pelo fato da PMC não possuir pessoal suficiente para administração da demanda de órgãos/entidades que não compõem a estrutura do Executivo Caruaruense.

**2.3.10.** Diante o exposto, justifica-se a aquisição do objeto, por meio de processo licitatório.

### **3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**3.1.** Os bens e serviços a serem adquiridos se classificam como de natureza comum, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023.

**3.1.1.** Embora o objeto envolva a entrega de materiais impressos, sua essência está na prestação de serviços gráficos especializados, considerando que a confecção das apostilas e avaliações exige etapas técnicas específicas, como editoração, diagramação, seleção de papel e acabamento, impressão sob demanda e adaptação a padrões visuais institucionais. Essas etapas configuram um processo individualizado e não se confundem com o simples fornecimento de bens prontos e padronizados.

**3.1.2.** Nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, serviço é “atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração”. É essa utilidade que se visa alcançar com a presente contratação, ao garantir a produção de materiais didáticos sob medida, adequados às necessidades pedagógicas da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru.

**3.1.3.** A entrega final dos materiais impressos é, portanto, apenas a etapa conclusiva de um processo técnico de produção gráfica sob demanda, desenvolvido a partir de diretrizes específicas da Administração Pública e em conformidade com padrões de identidade visual definidos. Tais produtos não se encontram disponíveis de forma pronta no mercado, sendo personalizados conforme cada solicitação.

**3.1.4.** Dessa forma, o objeto da contratação deve ser corretamente qualificado como serviço, por envolver predominantemente a obrigação de fazer, e não apenas de entregar bens. Importa ressaltar, por fim, que embora se trate de serviço com certo grau de complexidade técnica, ele permanece classificado como comum, uma vez que suas

características podem ser descritas de forma clara, precisa e objetiva no instrumento convocatório, o que viabiliza sua contratação por meio de pregão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.** A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR VALOR POR LOTE**, conforme justificativa constante no tópico 12 do ETP.

**3.3.** O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

**3.4.** A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

**3.5.** Com o objetivo de suprir as necessidades administrativas, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seus anexos.

**3.6.** As propostas apresentadas deverão observar rigorosamente as especificações detalhadas do objeto, conforme abaixo descrito:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (APOSTILAS 1 / AVALIAÇÕES e APOSTILA 2)	
<b>APOSTILAS 1: APOSTILAS COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA OS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS E FINAIS E CURSINHO POPULAR EDILSON DE GÓIS. DESCRIÇÃO:</b> <b>Capa:</b> Formato aberto - A3 420 x 297 mm, horizontal, com lombada variável em cada apostila. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 4 x 0. Acabamento - Laminação fosca em papel couché de 210g. <b>Miolo:</b> Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 1x1. <b>Papel branco Sulfite 75g</b> – Impressão frente e verso. <b>Acabamento:</b> O acabamento do tipo canoa, com 2 grampos.	
<b>AVALIAÇÕES, SIMULADOS E LISTAS DE EXERCÍCIOS:</b> Descrição: Miolo: Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. cores - 1 x 1 - Papel branco Sulfite 75g - Impressão frente e verso. Acabamento do tipo canoa, com 2 grampos.	

LOTE ÚNICO			
APOSTILAS 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	<b>Capa:</b> Formato aberto - A3 420 x 297 mm, horizontal, com lombada variável em cada apostila. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 4 x 0. Acabamento - Laminação fosca em papel couché de 210g. <b>Pagamento por capa.</b>	UND	53.911
02	<b>Miolo:</b> Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 1 x 1. <b>Papel branco Sulfite 75g</b> – Impressão frente e verso. <b>Pagamento por página.</b>	UND	912.967

03	<b>Acabamento:</b> O acabamento do tipo canoa, com 2 grampos. <b>Cada folha contém 04 (quatro) páginas impressas. (pagamento por apostila/caderno).</b>	UND	53.911
<b>APOSTILA 2 (VERSÃO AMPLIADA)</b>			
<b>APOSTILAS COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA OS ALUNOS DE BAIXA VISÃO ANOS INICIAIS E FINAIS.DESCRICÃO:</b> <b>CAPA:</b> A3 420 x 297 mm, Cores - 4 x 0. Laminação fosca em papel couchet fosco de 210g; <b>MIOLO</b> formato A3 420 x 297 mm. Cores - 1 x 0. Papel branco Sulfite 75g; <b>ENCADERNAÇÃO INCLUINDO ESPIRAL.</b>			
04	<b>CAPA: A3 420 x 297 mm, Cores - 4 x 0. Laminação fosca em papel couchet fosco de 210g; Pagamento por capa.</b>	UND	114
05	<b>MIOLO</b> formato A3 420 x 297 mm. Cores - 1 x 0. Papel branco Sulfite 75g. <b>Pagamento por folha.</b>	UND	1.628
06	<b>ENCADERNAÇÃO INCLUINDO ESPIRAL (MÁXIMO 150 FOLHAS POR (PAGAMENTO POR APOSTILA/CADERNO)</b>	UND	114

**3.7. Os materiais deverão ser entregues com a identificação da escola e divididos por ano/fase e turma de destino, acondicionados em caixa que também deverão apresentar identificação da escola, de acordo as informações que serão designadas na OS.**

**3.8. O preço apresentado deverá integrar a incidência de todos os custos de impostos, fretes, seguros,taxas e encargos sociais não sendo a Administração responsável por quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado.**

**3.9. A confecção desses materiais impressos (apostila/cadernos e avaliações), referentes ao planejamento pedagógico da rede, se dará de acordo com evolução dos processos de ensino-aprendizagem ao longo deste ano, adotar-se-á a estratégia para confecção de apostilas sob demanda, com número de exemplares definidos quando da emissão da respectiva ordem de serviço.**

**3.10. Serão dois tipos de apostila com a seguinte especificação:**

- APOSTILAS COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA OS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS E FINAIS .ESCRICÃO: Capa:** Formato aberto - A3 420 x 297 mm, horizontal, com lombada variável em cada apostila. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 4 x 0. Acabamento - Laminação fosca em papel couché de 210g. **Miolo:** Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 1x1. **Papel branco Sulfite 75g** – Impressão frente e verso. **Acabamento:** O acabamento do tipo canoa, com 2 grampos.
- APOSTILAS COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA OS ALUNOS DE BAIXA VISÃO ANOS INICIAIS E FINAIS.DESCRICÃO: CAPA:** A3 420 x 297 mm, Cores - 4 x 0. Laminação fosca em papel couchet fosco de 210g;



**MIOLO** formato A3 420 x 297 mm. Cores - 1 x 0. **Papel branco Sulfite 75g;**  
**ENCADERNAÇÃO INCLUINDO ESPIRAL.**

**3.10.1.** E as **AVALIAÇÕES** deverão ter Miolo: Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. cores - 1 x 1 - Papel branco Sulfite 75g - Impressão frente e verso. Acabamento do tipo canoa, com 2 grampos.

**3.11.** Para estimar a quantidade de itens necessária foi utilizada a quantidade de alunos matriculados por turma, a periodicidade de avaliações e cadernos por ano mais uma reserva técnica de 10% para possível aumento na demanda. Conforme pormenorizado no quadro a seguir:

TURMAS	AVALIAÇÕES	CADERNOS
ANOS INICIAIS	<ul style="list-style-type: none"><li>- Periodicidade: 2 vezes no ano (junho e setembro)</li><li>- As avaliações serão realizadas com os estudantes do 1º ano da Rede Municipal, tendo como base o número de matriculados em 2026, a saber: 4070 estudantes;</li><li>- As avaliações poderão ser no formato de apostila, devidamente grampeadas.</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>QUANTITATIVOS ANUAIS</b></p> <p>AVALIAÇÕES CNCA - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 8140</p> <p>AVALIAÇÕES CNCA - MATEMÁTICA - 8140</p> <p>AVALIAÇÕES CNCA - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - CADERNO AMPLIADO - 12</p> <p>AVALIAÇÕES CNCA - MATEMÁTICA - CADERNO AMPLIADO - 12</p> <p>AVALIAÇÕES CNCA - CADERNO DO APLICADOR - LEITURA - 170</p> <p>AVALIAÇÕES CNCA - CADERNO DO APLICADOR - MATEMÁTICA - 170</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Os Cadernos do Estudante serão utilizados durante todo o ano letivo, atendendo aos estudantes participantes das turmas do Projeto Caminhando Juntos, de Correção de Fluxo (3º ao 5º ano) das Escolas dos Anos Iniciais, a saber: 180 estudantes;</li><li>- Quantitativo de Cadernos do Estudante: para cada estudante, um (01) caderno de Língua Portuguesa e um (01) de Matemática, totalizando 360 Cadernos do Estudante;</li><li>- Os Cadernos do Professor serão utilizados durante todo o ano letivo, atendendo aos Professores participantes das turmas do Projeto Caminhando Juntos, de Correção de Fluxo das Escolas dos Anos Iniciais, a saber: 10 professores;</li><li>- Quantitativo de Cadernos do Professor: para cada professor, 3 cadernos, sendo: um (01) caderno de Língua Portuguesa, um (01) de Matemática e um (01) de Atividades Complementares, totalizando 30 Cadernos do Professor</li></ul>
ANOS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliações da Escola das Adolescências</li><li>• - Periodicidade: 3 vezes no ano</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Os Cadernos do Estudante serão utilizados durante todo</li></ul>

<p><b>FINAIS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As avaliações serão realizadas com os estudantes do 9º ano da Rede Municipal, tendo como base o número de matriculados em 2026, a saber: 4000 estudantes;</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo – CIÊNCIAS – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado – Ciências - 10</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA – ESCRITA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado - LINGUA PORTUGUESA – ESCRITA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA – LEITURA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA – LEITURA – 10</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo – MATEMÁTICA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado – MATEMÁTICA – 10</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo – CIÊNCIAS – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado – CIÊNCIAS – 10</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA – ESCRITA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA – ESCRITA – 10</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA – LEITURA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA – LEITURA – 10</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo – MATEMÁTICA – 4.000</li> <li>• Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado – MATEMÁTICA – 10</li> </ul>	<p>o ano letivo, atendendo aos estudantes participantes das turmas contempladas com clubes das adolescências do Programa Escola das Adolescências (6º ao 9º ano) das Escolas dos Anos Finais, a saber: 4000 estudantes;</p> <p>- Quantitativo de Cadernos do Estudante: para cada estudante, um (01) caderno de Matemática, um (01) de Ciências, um (01) caderno de Português – Leitura, Um (01) caderno de Português – Escrita, totalizando 32.000 Cadernos do Estudante, considerando 02 aplicações durante o período planejado.</p>
<p>Cursinho Popular Edilson de Góes</p>	<p>Atualmente são 500 alunos e a demanda corresponde a todos os sábados que acontecem as aulas.</p>	

\*Dados enviados pela equipe da Gerência de Currículo, Avaliação e Resultados Educacionais e Formação.

**3.12.** Por se tratar de registro de preços, o quantitativo do objeto discriminado bem



como a existência de dotação orçamentária, não vinculará o Contratante à sua total execução, uma vez que tais fornecimentos serão realizados, eventualmente, conforme a demanda.

**3.13.** A memória de cálculo, os itens, a descrição e respectivos quantitativos seguem no Anexo I.

**3.14.** A forma de execução se dará por empreitada por preço unitário de acordo com os itens constantes do Anexo I.

#### 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA<sup>1</sup>

4.1 Considerando o objeto da presente demanda, **não serão exigidos ATESTADOS de comprovação de qualificação técnica**, em razão da ausência do referido objeto nas exigências elencadas no art. 67 da Lei 14.133/2021.

#### 5. DO PRAZO, LOCAL, DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E DA GARANTIA

**5.1** O objeto do presente Termo será executado/fornecido de forma **PARCELADA**, conforme justificativa no ETP, mediante Ordens de Fornecimentos emitidas pela Secretaria de Educação e Esportes, a qual será enviada por meio eletrônico.

**5.2** Os itens deverão ser entregues, no local, dia e horário estabelecidos, conforme abaixo:

\* **Dias e horário de entrega:** Segunda a sexta-feira das 8h00 às 13h00:

<sup>1</sup> Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021" preceitua: "Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.

ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
SEDUC	Av. Cícero José Dutra, s/n. Bairro: Petrópolis – Caruaru/PE, CEP: 550030-580. Sala núcleo de avaliação, 1º andar (antigo prédio da FAFICA)

**5.3** O prazo de entrega será de **10 (dias) dias úteis** a contar da data da Ordem de Fornecimento realizada pelo órgão/entidade demandante, **podendo ser prorrogado por até mais 5 (cinco) dias úteis**, justificadamente, à critério do órgão/entidade demandante.

**5.4** Os materiais serão recebidos somente por pessoa credenciada pela PMC, a qual procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento de Compras do órgão/entidade demandante.

**5.5** Os objetos serão recebidos da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE** – Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato.

b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

**5.6** Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.7** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

**5.8** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**5.9** São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução dos serviços.

**5.10** Os bens serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, que estejam em desconformidade com as especificações no Termo de Referência, quando da utilização dos mesmos.

**5.11** Os produtos definidos neste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

## **6 VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

### **6.1 Valor Referencial**

**6.1.1.** O valor estimado para aquisição dos bens está expresso em Mapa Comparativo de Preços elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da SAD, parte integrante do presente Termo de Referência.

**6.1.2.** O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação. Portanto, a Prefeitura se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

**6.1.3.** Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

**6.1.4.** Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.

### **6.2 Forma de Pagamento**

**6.2.1** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

**6.2.2** Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

**6.2.3** A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

**6.2.4** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.



**6.2.5** O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

**6.2.6** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**6.2.7** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**6.2.8** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no sub-item 6.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**6.2.9** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**6.2.10** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

### **6.3. Reajuste de Preços**

**6.3.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

**6.3.3.** Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

**6.3.4.** A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

**6.4.** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

**6.5.** Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

## 7 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**7.1.** As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do órgão) participante do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

12.361.1201.2.196 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Esportes

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

12.361.1206.2.130 - Suporte as Atividades do Ensino Fundamental.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

12.365.1207.2.140 - Suporte das Atividades da Creche e 1ª infância

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11002 - FUNDEB

12.361.1206.2.7025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (30%)

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 162 - FUNDEB 30%

Fonte de recurso: 166 - Complemento da União - VAAT

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11002 - FUNDEB

12.365.1206.2.7027 - Suporte às Atividades do Ensino Infantil (30%)

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 162 - FUNDEB 30%

Fonte de recurso: 166 - Complemento da União – VAAT

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**8.1** Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

**8.2** Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

**8.3** Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;

**8.4** Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do objeto ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante.

**8.5** Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;

**8.6** Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução do objeto contratado.

**8.7** Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo.

**8.8** Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à execução e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos/serviços.

**8.9** Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante.

**8.10** Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO.

**8.11** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

**8.12** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

**8.13** Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta.

**8.14** Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto à contratante.

## **9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1** Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.2** Verificar a conformidade dos bens/serviços recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo.



**9.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**9.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

**9.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

**9.6** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

**9.7** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**10.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**10.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**10.4.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**10.5.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**10.6.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

## **11 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO**

**11.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, em consonância com o art. 84. da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2023.

**11.2** Quanto à vigência dos contratos advindos da ARP, o prazo será definido quando do pedido de elaboração do instrumento contratual, conforme § 4º do art. 29, Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2023.

**11.3** As disposições contratuais, incluídos os prazos e condições para a execução do contrato, serão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

## **12 . PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

**12.1.** Não será exigida garantia contratual para execução do objeto, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a presente contratação possui reduzido grau de complexidade técnica e operacional, baixo risco de inadimplemento relevante e execução parcelada sob demanda, circunstâncias que afastam a necessidade de imposição de garantia como mecanismo adicional de segurança contratual.

## **13 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**13.1** De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

**13.2** Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

**13.3** Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que a prestação de serviços gráficos, visando à confecção e fornecimento de apostilas e avaliações, sob demanda, não se classificam como serviços especializados de alta complexidade técnica ou operacional, não apresentando riscos financeiros consideráveis.

**13.4** Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

## **14. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Nos termos do art.117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

**Gestor(a) Titular:** Antônio Alves de Santana, matrícula: 56.019 - 6

**Gestor(a) Suplente:** Anderson Gonçalves de Andrade Lima, matrícula: 23. 156- 8

**Fiscal Titular:** Roseneide de Carvalho, matrícula: 39.297-9

**Fiscal Suplente:** Ricardo Tiburcio dos Santos, matrícula: 55.927-2

**14.2.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**14.3.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se



encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**14.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

## **15. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO**

**15.1.** Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

## **16. PROPOSTA**

**16.1.** As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

**16.2.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

## **17. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**17.1.** A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **18. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO**

**18.1.** Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

**18.2.** A possibilidade de adesão justifica-se pela necessidade de garantir eficiência na gestão de compras públicas, permitindo que outros órgãos e entidades interessados usufruam das condições contratuais já estabelecidas. Dessa forma, evita-se a duplicidade

de processos licitatórios, promovendo a economicidade, a padronização **à confecção e fornecimento de apostilas e avaliações, sob demanda, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru** e a otimização dos recursos públicos. Além disso, essa medida fortalece o planejamento estratégico da administração, assegurando a continuidade do fornecimento e a ampliação do acesso a condições vantajosas já pactuadas.

**18.3.** Registre-se que o Tribunal de Contas de Pernambuco, em sessão plenária, sedimentou entendimento quanto à possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, por outros órgãos e entidades:

É possível haver adesão à ata de registro de preços (carona) de um município gerenciada por órgãos e entidades de outro município, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação e sejam observados os limites e requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.770/2023” (TCE/PE, Acórdão nº 299/2024 – Pleno, Processo TCE-PE nº 23100248-8 (Consulta), Relator: Conselheiro-Substituto Carlos Pimentel)

**18.4.** As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à Secretaria de Educação e Esportes, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio dos canais indicados, telefone (81) 9.8384-6193 e e-mail ([gerencia.geral@caruaru.g12.com](mailto:gerencia.geral@caruaru.g12.com)). O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato.

**18.5.** Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites:

- a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até 50%(cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
- b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

**18.6.** O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

## 19.DAS CONDIÇÕES GERAIS

**19.1.** Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente;

**19.2.** O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

**19.3.** Não será admitida subcontratação do objeto.

**19.4.** A licitação deverá ser realizada sob o tipo “menor valor por lote” para fins da escolha mais vantajosa.

**19.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

**Antônio Alves de Santana**

Gerente Geral de Currículo, Avaliação, Resultados e Formação

Matrícula: 56.019 – 6





**ANEXO I- ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

<b>LOTE ÚNICO (APOSTILAS 1 E 2)</b>			
<b>APOSTILAS 1</b>			
<b>APOSTILAS COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA OS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS E FINAIS E CURSINHO POPULAR EDILSON DE GÓIS.</b>			
<b>DESCRIÇÃO:</b> Capa: Formato aberto - A3 420 x 297 mm, horizontal, com lombada variável em cada apostila. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 4 x 0. Acabamento - Laminação fosca em papel couchê de 210g. Miolo: Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 1x1. Papel branco Sulfite 75g – Impressão frente e verso. Acabamento: O acabamento do tipo canoa, com 2 grampos.			
<b>AVALIAÇÕES, SIMULADOS E LISTAS DE EXERCÍCIOS</b>			
Descrição: Miolo: Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. cores - 1 x 1 - Papel branco Sulfite 75g - Impressão frente e verso. Acabamento do tipo canoa, com 2 grampos.			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QNTD</b>
1	Capa: Formato aberto - A3 420 x 297 mm, horizontal, com lombada variável em cada apostila. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 4 x 0. Acabamento - Laminação fosca em papel couchê de 210g. Pagamento por capa.	UND	53.911
2	Miolo: Formato aberto - A3 420 x 297 mm. Formato fechado - 210 x 297 mm. Cores - 1 x 1. Papel branco Sulfite 75g – Impressão frente e verso. Pagamento por página.	UND	912.967
3	Acabamento: O acabamento do tipo canoa, com 2 grampos. Cada folha contém 04 (quatro) páginas impressas. (pagamento por apostila/caderno).	UND	53.911
<b>APOSTILA 2 (VERSÃO AMPLIADA)</b>			
<b>APOSTILAS COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA OS ALUNOS DE BAIXA VISÃO ANOS INICIAIS E FINAIS.</b>			
<b>DESCRIÇÃO:</b> CAPA: A3 420 x 297 mm, Cores - 4 x 0. Laminação fosca em papel couchet fosco de 210g; MIOLO formato A3 420 x 297 mm. Cores - 1 x 0. Papel branco Sulfite 75g; ENCADERNAÇÃO INCLUINDO ESPIRAL.			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QNTD</b>
4	CAPA: A3 420 x 297 mm, Cores - 4 x 0. Laminação fosca em papel couchet fosco de 210g.	UND	114



	Pagamento por capa.		
5	MIOLO formato A3 420 x 297 mm. Cores - 1 x 0. Papel branco Sulfite 75g. Pagamento por folha.	UND	1.628
6	ENCADERNAÇÃO INCLUINDO ESPIRAL (MÁXIMO 150 FOLHAS POR (PAGAMENTO POR APOSTILA/CADERNO))	UND	114

## ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Etapa/Modalidade	Ano	Nome do Caderno	Páginas do Miolo	CAPA	Quantitativo de Estudantes (Cadernos impressos)	Total de páginas Miolo
Anos Iniciais	1º ano	AVALIAÇÕES CNCA - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA	25	8.140	8140	203.500
Anos Iniciais	1º ano	AVALIAÇÕES CNCA - MATEMÁTICA	25	8.140	8140	203.500
Anos Iniciais	1º ano	AVALIAÇÕES CNCA - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - CADERNO AMPLIADO	25	12	12	300
Anos Iniciais	1º ano	AVALIAÇÕES CNCA - MATEMÁTICA - CADERNO AMPLIADO	25	12	12	300
Anos Iniciais	1º ano	AVALIAÇÕES CNCA - CADERNO DO APLICADOR - LEITURA	25	170	170	4.250
Anos Iniciais	1º ano	AVALIAÇÕES CNCA - CADERNO DO APLICADOR - MATEMÁTICA	25	170	170	4.250
Anos Iniciais - Correção de Fluxo	3º ao 5º	CADERNO DO ESTUDANTE - LÍNGUA PORTUGUESA	108	180	180	19440
Anos Iniciais - Correção de Fluxo	3º ao 5º	CADERNO DO ESTUDANTE - MATEMÁTICA	105	180	180	18900
Anos Iniciais - Correção de Fluxo	3º ao 5º	CADERNO DO PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA	139	10	10	1390
Anos Iniciais - Correção de Fluxo	3º ao 5º	CADERNO DO PROFESSOR - MATEMÁTICA	126	10	10	1260
Anos Iniciais - Correção de Fluxo	3º ao 5º	CADERNO DO PROFESSOR - COMPLEMENTAR	148	10	10	1480
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - CIÊNCIAS	12	4000	4000	48000
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado - Ciências	12	10	10	120
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA	7	4000	4000	28000
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA	7	10	10	70
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA	13	4000	4000	52000
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA	13	10	10	130
Escola das Adolescências	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - MATEMÁTICA	12	4000	4000	48000

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO ALVES DE SANTANA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/9053-98D9-0BDF1-00EF> e informe o código 9053-98D9-0BDF1-00EF



<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 2º Ciclo - Caderno Ampliado - MATEMÁTICA	12	10	<b>10</b>	120
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - CIÊNCIAS	12	4000	<b>4000</b>	48000
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado - CIÊNCIAS	12	10	<b>10</b>	120
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA	7	4000	<b>4000</b>	28000
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA	7	10	<b>10</b>	70
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA	13	4000	<b>4000</b>	52000
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado - LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA	13	10	<b>10</b>	130
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - MATEMÁTICA	12	4000	<b>4000</b>	48000
<b>Escola das Adolescências</b>	9º	Avaliação PNRA - 3º Ciclo - Caderno Ampliado - MATEMÁTICA	12	10	<b>10</b>	120
<b>APOSTILA CURSINHO POPULAR PRÉ VESTIBULAR</b>		APOSTILA	10		<b>500</b>	20.000
<b>Total</b>					<b>49614</b>	<b>831.450</b>
<b>Total com Reserva Técnica (10%)</b>					<b>54575</b>	<b>914595</b>





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9053-98D9-0DF1-00EF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO ALVES DE SANTANA (CPF 044.XXX.XXX-02) em 15/05/2026 12:35:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/9053-98D9-0DF1-00EF>